

11° SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
(CONTROLE EXTERNO)
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

TCE/RJ Área Analista de Controle Externo (Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-20-09-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

Texto I

A água, ingrediente essencial à vida, certamente é o recurso mais precioso de que a humanidade dispõe. Embora se observe pelo mundo tanta negligência e falta de visão com relação a esse bem vital, é de se esperar que os seres humanos procurem preservar e manter os reservatórios naturais desse líquido precioso. De fato, o futuro da espécie humana e de muitas outras espécies pode ficar comprometido, a menos que haja uma melhora significativa no gerenciamento dos recursos hídricos.

Entre os fatores que mais têm afetado esse recurso estão o crescimento populacional e a grande expansão dos setores produtivos, como a agricultura e a indústria. Essa situação, responsável pelo consumo e também pela poluição da água em escala exponencial, tem conduzido à necessidade de reformulação do seu gerenciamento.

No ambiente agrícola, as perspectivas de mudança decorrem das alterações do clima, que afetarão sensivelmente não só a disponibilidade de água, mas também a sobrevivência de diversas espécies animais e vegetais. O atual estado de conhecimento técnico-científico nesse âmbito já permite a adoção e implementação de técnicas direcionadas para o equilíbrio ambiental, porém o desafio está em colocá-las em prática, uma vez que isso implica mudança de comportamento e de atitude por parte do produtor, aliadas à necessidade de uma política pública que valorize a adoção dessas medidas.

Marco Antonio Ferreira Gomes e Lauro Charlet Pereira. Água no século XXI: desafios e oportunidades. Internet: (com adaptações)

1. De acordo com o texto, existem dificuldades na implementação de técnicas sustentáveis em decorrência do desafio em alterar comportamentos e atitudes de produtores e valorização dessas medidas por políticas públicas.

2. Conforme o texto, o gerenciamento de recursos hídricos já resolveu em parte o problema da gestão de água.

3. Dentre os fatores que mais afetam a água estão o aumento populacional e a expansão dos setores industriais e agrícolas.

4. No trecho, “Essa situação, responsável pelo consumo e também pela poluição da água em escala exponencial, tem conduzido à necessidade de reformulação do seu gerenciamento”, o pronome “seu” retoma “situação”, com o sentido de “gerenciamento da situação”.

5. Os termos “negligência”, “reservatórios”, “espécie” e “equilíbrio” apresentam acentuação gráfica em decorrência da mesma regra gramatical.

6. No primeiro parágrafo, a colocação de uma vírgula após a conjunção “Embora” é facultativa por se tratar de advérbio de curta extensão.

7. A palavra QUE presente no trecho “ Entre os fatores que mais têm afetado esse recurso” introduz o complemento do nome “fatores”.

8. No trecho “O atual estado de conhecimento técnico-científico nesse âmbito já permite a adoção e implementação de técnicas direcionadas para o equilíbrio ambiental”, o deslocamento do termo “atual” para depois do termo “estado” mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.

9. No último parágrafo do texto, as expressões “de comportamento” e “de atitude” são termos coordenados entre si com a mesma função sintática.

10. No segundo parágrafo, a crase em “tem conduzido à necessidade” poderia ser retirada sem causar prejuízo ao sentido original, uma vez que o verbo “conduzir” apresenta regência flexível.

Texto II

O futuro desejado em relação à água é aquele em que esse recurso esteja disponível, em quantidade e qualidade adequadas, para as gerações atuais e futuras, e sirva para o desenvolvimento sustentável, para a redução da pobreza e para a promoção do bem-estar e da paz social. No caso do Brasil, a região Norte possui diversos potenciais econômicos associados aos seus recursos naturais, entre os quais os recursos hídricos, que por si só representam grande parte da

riqueza da região não somente em termos econômicos, mas também sociais e ambientais.

Nesse contexto, por meio da Lei n.º 1.500/2003, o estado do Acre instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, que deve ser conduzida com base no princípio de que a água é um bem de domínio público, essencial à vida, com disponibilidade limitada e dotada de valor econômico, social e ecológico. Em situações críticas de seca e enchente, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano, a dessedentação de animais domésticos e a manutenção da biota.

Sob esse enfoque, na implementação da política e na gestão de recursos hídricos estaduais, o Poder Executivo do estado e o dos municípios deverão promover a integração das políticas de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente entre si e com a Política Nacional de Recursos Hídricos, do governo federal.

Sheyla Regina Marques Couceiro e Neusa Hamada. Os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos na região Norte do Brasil. Internet: (com adaptações).

11. De acordo com texto, existe uma expectativa em relação ao futuro da água que ainda não se cumpriu.

12. O texto afirma que os recursos hídricos são um importante potencial político para a região Norte do país.

13. A retirada do artigo que antecede “bem-estar” no primeiro parágrafo, causaria incorreção ao trecho mencionado.

14. O uso das expressões “não somente...mas também” no último período do primeiro parágrafo, indica uma relação antagônica entre os termos apresentados.

15. No início do segundo parágrafo, a locução “por meio” pode ser substituída pelo termo “através” sem prejuízo ao aspecto gramatical ou ao sentido original do texto.

16. No segundo parágrafo, os termos “público”, “limitada”, “econômico”, “social” e “ecológico” têm a mesma função sintática.

17. O trecho “Em situações críticas de seca e enchente, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano, a dessedentação de animais domésticos e a manutenção da biota” pode ser reescrito, sem prejuízo à coerência e à correção gramatical, da seguinte forma: O

uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano, a abeberação de animais

domésticos e a manutenção da fauna e da flora, em situações críticas de seca e enchente.

18. A locução verbal “deverão promover”, presente no terceiro parágrafo do texto, poderia ser flexionada no singular, forma abonada pela gramática em decorrência da concordância atrativa do termo mais próximo.

19. A palavra “municípios” pode ser acentuada em decorrência de duas regras distintas.

20. A retirada da última vírgula do texto manteria o sentido original da estrutura, uma vez que sua presença é facultativa no final das orações.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rafael Barbosa

Acerca do conceito e evolução do Estado moderno, julgue os itens.

21. Estado pode ser conceituado como uma organização burocrática que tem o poder de legislar e tributar sobre a população de um determinado território, sendo a única estrutura organizacional detentora de poder extroverso.

22. Estado, Governo e Administração Pública são conceitos distintos, apesar de haver uma forte correlação entre eles. O ente intangível detentor do poder e responsável pelo bem comum é o Governo, ao passo que a Administração Pública relaciona-se ao agente político responsável pelo exercício do poder.

No tocante às formas de administração pública patrimonialista, burocrática e gerencial, julgue os itens.

23. A Administração Pública Patrimonialista, caracterizada pela confusão entre a *res principis* e a *res publica*, relaciona-se ao tipo de dominação tradicional, no qual o líder é seguido em virtude de suas qualidades extraordinárias e características pessoais.

24. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam predominantes, o mercado e a sociedade passam a se distinguir do Estado, fazendo com que a administração pública patrimonialista fosse extinta, com a conseqüente implantação do modelo de administração pública burocrático.

25. Na administração pública contemporânea, o paradigma gerencial fundamenta-se nos princípios da confiança limitada, descentralização das decisões, horizontalização de estruturas e incentivo à criatividade, com o deslocamento dos mecanismos de controle dos meios para os fins.

Em relação à evolução da administração pública brasileira e as principais reformas administrativas, julgue os itens.

26. A primeira reforma administrativa ocorrida na administração pública brasileira ocorreu na década de 30 do século passado e teve por objetivo suprimir as práticas patrimonialistas, por meio da implantação da administração pública burocrática.

27. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) representou um primeiro movimento de reforma administrativa no Brasil, tendo por objetivo principal a modernização da administração pública brasileira.

28. As reformas administrativas das décadas de 30 e 60 do século passado podem ser considerados exemplos de reformas democráticas, por terem tido grande ênfase na descentralização administrativa e no controle social.

Em relação aos conceitos de governabilidade, governança e accountability, julgue os itens.

29. Governabilidade relaciona-se ao dever de o gestor público prestar contas de seus atos, bem como responsabilizar-se por suas decisões.

30. São princípios da boa governança pública as relações éticas, a conformidade, a transparência e a prestação de contas. A ideia de que os governos devem adotar ações que visem ao interesse da coletividade relaciona-se ao princípio denominado relações éticas.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência, gestão do conhecimento e dados não estruturados avalie os itens abaixo.

31. Na gestão do conhecimento, Ackoff é frequentemente citado como o pioneiro da hierarquia definida na pirâmide DIKW. Para o autor, dado é “cru”, simplesmente existe e não possui significação para além de sua existência.

32. Projetos de dados abertos tornaram os governos mais responsáveis e eficientes, ajudaram os legisladores a encontrar soluções para problemas públicos anteriormente intratáveis, criaram oportunidades econômicas e capacitaram os cidadãos por meio de novas formas de mobilização social. Dados abertos são estruturados para computabilidade, mas não precisam de usabilidade.

33. Os metadados podem estar presentes em dados estruturados e semiestruturados. Sendo que, nos dados estruturados eles são armazenados em um local distinto dos dados. Enquanto nos dados semiestruturados dados e metadados estão juntos no mesmo arquivo, por exemplo, no JSON.

Sobre o modelo relacional julgue os itens a seguir:

34. A diferença entre as chaves primárias e a restrição de integridade do tipo único é que as restrições do tipo único admitem valores nulos e podem existir mais de uma por tabela.

35. Várias operações de teoria de conjunto são usadas na álgebra relacional, incluindo união, intersecção e diferença de conjunto. Estas são operações unárias; ou seja, cada uma é aplicada a um conjunto (de tuplas).

36. Um índice de agrupamento é especificado no campo de chave de ordenação de um arquivo ordenado de registros.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

37. Dimensões conformes podem ser definidas em colaboração com os representantes de governança de dados da empresa e são reutilizadas diversas tabelas de fatos. Eles fornecem consistência analítica e redução nos custos de desenvolvimento.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

38. Uma tabela de dimensão é projetada com uma coluna servindo como uma chave primária exclusiva, denominada chave natural.

39. Declarar a granularidade é a etapa fundamental em um projeto dimensional. A granularidade estabelece exatamente o que uma única linha da tabela de fatos representa e sua declaração torna-se um contrato vinculativo no design.

40. O perfil de dados é a análise sistemática do conteúdo de uma fonte de dados, desde a contagem de bytes e verificação de cardinalidades até o diagnóstico mais cuidadoso de se os dados podem atender às metas de alto nível do data warehouse é realizado na etapa de transformação dos dados do processo de ETL.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira / Guilherme Santanna

41. O principal critério de seleção de uma auditoria operacional é sua capacidade de agregar valor, por meio de sua contribuição para a avaliação e a melhoria da gestão pública.

42. Em auditorias operacionais, também podem ser utilizados critérios de seleção tais como materialidade, relevância e vulnerabilidade.

43. Agregar valor refere-se a produzir novos conhecimentos e perspectivas sobre o objeto de auditoria. Uma discussão sobre nova política pública é uma situação que pode indicar possibilidade de que a auditoria venha a agregar valor significativo.

44. A relevância é o critério de seleção de objetos de auditoria que indica que o processo de seleção deve levar em consideração os valores envolvidos no objeto de auditoria, pois a auditoria deve produzir benefícios significativos.

45. O critério de materialidade indica que as auditorias selecionadas devem procurar responder questões de interesse da sociedade, que estão em debate público e são valorizadas.

46. No contexto do processo de seleção, as vulnerabilidades são situações ou propriedades extrínsecas do objeto de auditoria que podem estar associadas à ocorrência de eventos adversos.

47. Risco de auditoria é a probabilidade de o profissional de auditoria deixar de emitir apropriadamente sua opinião e comentários sobre as transações, documentos e demonstrações materialmente incorretos pelo efeito de ausência ou fragilidades de controles internos e de erros ou fraudes existentes.

48. O Risco de Auditoria é classificado em Risco Inerente, Risco de Controle e Risco Sistemático.

49. Risco Inerente é a possibilidade de o erro acontecer em face da existência de controle.

50. Risco de Controle é a possibilidade de o erro acontecer e não ser detectado pelos controles existentes, em face das limitações desses controles.

51. Risco de Detecção é a possibilidade de o erro acontecer e ser detectado pelo profissional de auditoria governamental.

52. No escopo do planejamento, há a etapa de proposição de auditorias, ocasião em que se definem os objetivos e o escopo preliminar, e em que é feita estimativa de alocação de recursos e prazos.

53. Para determinar a extensão e o alcance da auditoria que será proposta, a unidade técnica deve dispor de informações relativas aos objetivos relacionados ao objeto que será auditado e aos riscos relevantes associados a esses objetivos, bem como à confiabilidade dos controles adotados para tratar esses riscos.

54. Caso a auditoria seja proposta sem que as informações relativas aos objetivos, riscos e controles do objeto auditado estejam previamente disponíveis, tais informações poderão ser obtidas na fase de planejamento e/ou de execução do trabalho

55. A avaliação de riscos e de controle interno visa a avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e os objetivos de controle serão atendidos.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

56. A consulta pública é um instrumento de controle social e preventivo que permite a participação da sociedade no processo decisório da administração pública.

57. As diretrizes para a elaboração das políticas públicas são formuladas pelos governantes eleitos no âmbito do Poder Executivo, motivo pelo qual é inviável a realização do controle sobre as políticas públicas pelo Poder Legislativo.

58. A reclamação é o ato pelo qual um administrado busca o reconhecimento de um direito próprio ou pretende obter a correção de um ato que lhe cause lesão ou ameaça de lesão. Por outro lado, a representação constitui uma denúncia sobre irregularidades, ilegalidades ou abusos de poder cometidos por agentes públicos, independentemente de interesse direto do representante sobre o fato a ser apurado.

59. É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

60. Ao julgar as contas dos responsáveis por recursos públicos, o Tribunal de Contas do Estado exerce a sua função judicante.

61. Por não integrar o Poder Judiciário, não cabe ao Tribunal de Contas exercer a função sancionatória, limitando-se o seu poder a julgar as contas e fixar prazo para a correção da ilegalidade.

62. Ainda que possua capacidade processual específica para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, o TCU não pode recorrer contra decisão judicial que anule as suas decisões.

63. A fiscalização financeira refere-se ao controle da legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas, enquanto a fiscalização orçamentária, por sua vez, tem o objetivo de acompanhar a execução orçamentária.

Sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

64. As contas do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro serão submetidas, anualmente, à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para emissão de parecer prévio, cabendo o julgamento à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

65. Situação hipotética: Durante uma fiscalização em um contrato custeado com recursos de um município do Estado do Rio de Janeiro, sujeito à jurisdição do TCE-RJ, foram identificadas diversas ilegalidades. O Tribunal fixou prazo para a correção, mas a autoridade pública não adotou as medidas cabíveis. Assertiva: nesse caso, o ato de sustação caberá, inicialmente, à Assembleia Legislativa.

66. O Ministério Público que funciona junto ao TCE-RJ é órgão integrante do MPE do Rio de Janeiro.

67. No caso de impropriedades, o TCE julgará as contas do responsável como irregulares.

68. Denomina-se decisão provisória aquela que o TCE adota quando determinar diligências necessárias ao saneamento do processo ou a notificação ou citação do responsável.

69. Caso o responsável possa retardar ou dificultar a realização de auditorias governamentais, o TCE-RJ poderá determinar, cautelarmente, o seu afastamento temporário.

70. A suspensão de ato ou procedimento é uma tutela provisória de natureza mais grave e, portanto, exige a prévia oitiva da parte envolvida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

No que diz respeito aos conceitos de Administração Pública e às entidades paraestatais, julgue os itens a seguir.

71. Administração pública em sentido formal corresponde aos entes que exercem a função administrativa, abrangendo tanto pessoas jurídicas, como órgãos e agentes públicos incumbidos dessas funções.

72. Um dos objetos do direito administrativo diz respeito à atividade jurídica não contenciosa.

73. O pessoal dos serviços sociais autônomos, a exemplo do Serviço Social da Indústria (SESI), em regra deve ser contratado mediante concurso público.

74. Segundo prevê a Lei 13.019/2014, deve ser celebrado termo de colaboração na hipótese de a proposta de parceria ser de iniciativa da Administração Pública e envolver transferência de recursos financeiros.

75. O regramento previsto na Lei 13.019/2014 proíbe o pagamento de servidor ou de empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Tomando por base os conceitos estudados nos tópicos de processo administrativo e organização da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

76. Situação hipotética: Um processo administrativo, que ensejou a aplicação de multa a estabelecimento pela Secretaria de Fiscalização de determinado estado brasileiro, foi revisto, de ofício, ao surgirem fatos novos que justificaram a inadequação da medida imposta. **Assertiva:** A revisão do processo não pode resultar em agravamento da penalidade já aplicada.

77. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

78. Autarquia consiste na personificação do serviço público, constituindo-se entidade com personalidade de direito público, criada por lei, a qual responde pela conduta de seus agentes que causarem danos a terceiros, desde que comprovada o dolo ou culpa do agente ou, ao menos, a culpa da administração.

79. A criação de empresas estatais destinadas à exploração de atividade econômica somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em lei, bem como nos casos previstos na Constituição Federal.

80. Quando estiverem litigando judicialmente, em regra as autarquias gozam de prazo em dobro para suas manifestações processuais.

A respeito dos agentes públicos, poderes e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

81. É ilegítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista.

82. Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

83. Uma certidão de tempo de serviço é ato administrativo classificado como ordinatório.

84. Somente atos discricionários admitem objeto accidental.

85. O Supremo Tribunal Federal tem considerado constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, exceto para a imposição de multas de trânsito, as quais somente podem ser aplicadas pela Polícia Militar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Quanto ao grau de eficácia, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em normas de eficácia plena, eficácia contida, eficácia limitada e normas programáticas. A respeito do assunto, julgue os itens de 86, 87 e 88.

86. O dispositivo constitucional que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem, segundo o Supremo Tribunal Federal, é norma de eficácia plena.

87. A gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos, conforme enumerado no artigo 230, § 2º, da CF/88, é exemplo de norma constitucional programática.

88. A norma constitucional que prescreve o acesso aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei aos cargos, empregos e funções públicas é de eficácia contida.

A respeito da Organização dos Poderes e da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, julgue os itens de 89 a 93.

89. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

90. A decisão de mérito proferida pelo Senado Federal, no processo de *impeachment* instaurado contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade, é irrecorrível.

91. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.

92. O Tribunal de Contas do Município, em observância ao princípio da simetria, deve ter a mesma quantidade de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

93. A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens 94 e 95.

94. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

95. As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

Acerca do processo legislativo constitucional, julgue os itens de 96 e 97.

96. O Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, dispensou a atuação da Comissão Mista na apreciação de medidas provisórias, durante a emergência em Saúde Pública decorrente da COVID-19.

97. É vedada a emenda parlamentar nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Sobre as finanças públicas, julgue o próximo item.

98. É vedado ao Banco Central conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens 99 e 100.

99. Segurança, lazer, moradia e liberdade de reunião são direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal.

100. Qualquer brasileiro, independentemente de possuir cargo público ou filiação partidária, tem legitimidade para ingressar com ação popular em defesa do meio ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

Luciana Marinho

101. Em relação aos Restos a Pagar, julgue o item que se segue:

A inscrição de um dispêndio em restos a pagar não processados significa que a despesa passou pelos estágios de empenho e liquidação.

102. De acordo com a Lei no 4.320/1964, os restos a pagar constituem despesas empenhadas e não pagas do exercício, e que, no exercício financeiro subsequente, serão consideradas despesas extraorçamentárias.

103. No Tocante aos Restos a pagar, despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos, julgue o item que se segue:

Despesas de Exercícios Anteriores são aquelas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento. Nesse contexto, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

104. No Tocante aos Restos a pagar, despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos, julgue o item que se segue:

O auxílio natalidade é uma obrigação de pagamento criada por lei e, se reconhecida como direito da servidora reclamante somente em exercício posterior, constituirá despesa de exercícios encerrados.

105. No Tocante aos Restos a pagar, despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos, julgue o item que se segue:

A restituição parcial de suprimento de fundos por falta de aplicação recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma anulação de despesa.

106. No Tocante aos Restos a pagar, despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos, julgue o item que se segue:

Segundo a Lei 4.320/64, a tomada de contas de um agente suprido será sempre automática e será realizada logo após o término do período de concessão.

107. No tocante às Receitas Orçamentárias, julgue o item que se segue:

A Lei no 4.320, de 1964 diz que somente será classificada como receita orçamentária toda receita arrecadada que porventura represente ingressos financeiros orçamentários, inclusive as provenientes de operações de crédito por antecipação de receita.

108. No tocante às Receitas Orçamentárias, julgue o item que se segue:

Somente será considerada receita pública sob o enfoque orçamentário a prevista na lei orçamentária, pois, para entrar recursos no caixa do Estado, exige a prévia autorização legislativa.

109. Em relação à classificação da receita, julgue o item que se segue:

Serão consideradas receitas originárias os recursos financeiros obtidos por determinado órgão da administração pública na exploração de atividade econômica, como, por exemplo, uma receita agropecuária.

110. Em relação à classificação da receita, julgue o item que se segue:

As multas administrativas são consideradas receitas tributárias, uma vez que corresponde sanção por ato ilícito

111. Em relação à classificação da receita, julgue o item que se segue:

A concessão de um serviço público para terceiros será considerada uma receita de capital do tipo transferência de capital. As receitas agropecuárias e industriais são exemplos de receitas correntes.

112. Em relação à despesa pública, julgue o item que se segue:

Segundo a Lei 4.320/64, as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, bem como os juros da dívida pública são despesas de custeio, integrantes do grupo de despesas correntes.

113. Em relação à despesa pública, julgue o item que se segue:

Conforme preceitua a Lei 4.320/64, a concessão de empréstimos e subvenções econômicas, bem como a amortização da dívida pública são exemplos de despesas de capital.

114. Em relação à despesa pública, julgue o item que se segue:

Se a secretaria de saúde de um município fizer aquisição de equipamentos novos necessários à execução de determinada obra, a despesa correspondente será classificada como investimento.

115. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

Sempre que uma ação governamental representar o aumento de despesa pública de impacto orçamentário para exercício posterior, o ordenador de despesa deve apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para o exercício seguinte.

116. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

As despesas correntes derivadas de ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios são consideradas, de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, despesas obrigatórias de caráter continuado

117. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

Será considerada dívida pública consolidada determinada operação de crédito, cujo prazo para pagamento for inferior a doze meses e se as respectivas receitas constarem do orçamento.

118. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

No tocante aos limites e condições para o endividamento público, caso haja vencido o prazo de recondução da dívida ao seu limite e enquanto perdurar o excesso, o ente não ficará proibido de receber as transferências voluntárias da União e do Estado.

119. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite previsto na LRF, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos um terço no primeiro.

120. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

O órgão público que realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária deverá liquidar essa operação até o dia dez de dezembro de cada ano.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre mineração de dados, CRISP-DM e técnicas para pré-processamento de dados avalie os itens a seguir:

121. No CRISP-DM, é na etapa de avaliação que o software de mineração de dados é usado para gerar resultados para várias situações.

122. A regra de associação usa um conjunto de dados de treinamento para identificar classes, que então são usados para categorizar os dados.

123. Ao criar árvores de decisão usando o método dividir e conquistar, uma vez que o primeiro atributo a ser dividido tenha sido selecionado, um nó de árvore de

nível superior é criado. Ao avaliar o valor no parâmetro neste nó um dos caminhos para o nível inferior deve ser seguido.

124. O algoritmo de particionamento mais conhecido é o k-means, onde k pontos centrais são definidos e cada observação é classificada como o mais próximo desses pontos centrais.

Sobre big data avalie os itens a seguir.

125. Os dados semiestruturados não tem papel relevante na maioria dos bancos de dados utilizados em problemas de Big Data.

126. NoSQL significa 'não apenas SQL'. Os bancos de dados NoSQL são diferentes dos bancos de dados relacionais, onde não exigem um modelo estruturado predefinido para os dados. Isso o torna a melhor escolha para armazenar qualquer informação que não se processe facilmente em tabelas relacional e formato de registro.

127. Um sistema de Big Data, considera as características de velocidade, volume e variedade, porém não deve necessariamente ser escalonável.

Sobre a linguagem SQL analise as afirmações abaixo

128. Uma cláusula where pode conter uma ou mais condições (*predicados*), separadas pelos operadores

and e *or*. Se várias condições forem separadas apenas pelo operador *and*, todas as condições devem ser avaliadas como verdadeiras para que a linha seja incluída no conjunto de resultados.

129. Uma visão é uma tabela temporária usada para restringir o acesso a um subconjunto dos dados de uma tabela. Por exemplo, se uma tabela tiver um conjunto de colunas sensíveis você pode criar uma visão limitando a visão do usuários a apenas algumas colunas. Assim, numa visão é possível limitar o acesso dos usuários somente a colunas mas não é as linhas de uma tabela.

130. O servidor de banco de dados precisa armazenar os metadados dados de forma persistente e precisa ser capaz de recuperar rapidamente esses dados para verificar e executar instruções SQL.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira / Guilherme Santana

Julgue os itens a seguir:

131. Todo o trabalho de auditoria deve ser supervisionado pelo coordenador da equipe de auditoria, que possua perfil e competência profissional adequados ao trabalho, antes de o relatório ser emitido.

132. Todo o trabalho realizado, em todas as fases e em todos os níveis, deve ser adequadamente revisado, independentemente da competência individual dos auditores, para assegurar que os objetivos sejam atingidos, a qualidade seja assegurada e as equipes se desenvolvam.

133. A construção da visão geral do objeto engloba informações tais como a descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão, e a definição das questões de auditoria.

134. O programa de auditoria, elaborado com base nos elementos obtidos na visão geral do objeto, objetiva estabelecer, diante da definição precisa dos objetivos do trabalho, a forma de alcançá-los e deve evidenciar a legislação aplicável, o objetivo e o escopo da auditoria, dentre outros aspectos.

135. São atributos essenciais dos achados a situação encontrada, o critério, a causa, o efeito e as evidências.

Julgue os itens a seguir acerca do que preveem as NAT (Normas de Auditoria do TCU) sobre a documentação de auditoria:

136. Todo o trabalho de auditoria deve ser documentado de modo a assegurar a sua revisão e a manutenção das evidências obtidas.

137. Auditores devem preparar a documentação de auditoria em detalhes suficientes para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado.

138. Ao se planejar sua forma e o conteúdo, deve-se observar se o papel de trabalho irá contribuir para o atingimento do objetivo da auditoria e dos procedimentos.

139. Papéis de trabalho permanentes são aqueles necessários ao trabalho por um período determinado, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes.

Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, julgue os itens a seguir.

140. Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.

141. Quanto maior for a avaliação de risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção a serem tolerados pelo auditor.

142. Testes substantivos são aplicados para que se obtenha evidências quanto ao funcionamento dos controles da entidade.

143. No método de seleção sistemático, o auditor seleciona, sistematicamente, e com uso de geradores

de números aleatórios, os itens que irão compor a amostra.

144. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se validade.

Julgue os itens a seguir a respeito das técnicas que devem ser realizadas pelos auditores governamentais:

145. Inspeção física é a constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado.

146. A conferência de cálculos visa conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado.

147. A circularização busca realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada.

148. A conciliação verifica a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada.

149. Por meio da análise de contas contábeis o auditor examina as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

150. O exame documental é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito do setor público, sendo muitas vezes, por falta de conhecimento daqueles que executam o trabalho, confundida com o próprio trabalho.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Considere as informações a seguir relativas ao exercício financeiro de 20X1 de uma entidade do setor público:

Previsão das Receitas	R\$ 1.000,00
Fixação das Despesas	R\$ 1.000,00
Receitas Lançadas	R\$ 800,00
Receitas Arrecadadas	R\$ 800,00

Despesas Executadas R\$ 700,00

Despesas Liquidadas R\$ 600,00

Despesas Pagas R\$ 500,00

Pagamentos de Restos a Pagar R\$ 50,00

Com base somente nessas informações, julgue as assertivas a seguir:

151. O resultado orçamentário do exercício financeiro de 20X1 foi R\$ 200,00.

152. O pagamento de restos a pagar no valor de R\$ 50,00 deve constar nos dispêndios extraorçamentários do balanço financeiro da entidade do setor público enquanto os restos a pagar inscritos, em um total de R\$ 200,00, devem constar nos ingressos extraorçamentários para compensar sua inclusão nas despesas orçamentárias

153. Da análise das informações, pode-se chegar à conclusão que apesar de ter ocorrido insuficiência de arrecadação, houve uma economia de despesa maior que essa insuficiência, permitindo que a entidade do setor público obtivesse um resultado orçamentário superavitário.

154. A transferência da propriedade de um ativo para terceiros, a redução ou extinção do valor econômico de um ativo e o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo representam variações patrimoniais que impactam negativamente a situação líquida de uma entidade do setor público e, portanto, devem ser evidenciadas como Variações Patrimoniais Diminutivas na Demonstração das Variações Patrimoniais.

155. Um município do Estado do Rio de Janeiro apresentou as seguintes informações relacionadas ao seu balanço patrimonial.

Ativo Financeiro	R\$ 1.000,00
Ativo Permanente	R\$ 1.500,00
Passivo Financeiro	R\$ 800,00
Passivo Permanente	R\$ 900,00
Ativo Compensado	R\$ 500,00

A partir dessas informações pode-se afirmar que o saldo patrimonial corresponde a R\$ 1.300,00.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) julgue as assertivas a seguir:

156. Os restos a pagar inscritos são registrados em contas da classe 5 do PCASP e o pagamento dos restos a pagar são registrados em contas da classe 6 do PCASP, no âmbito da natureza de informação orçamentária.

157. Na arrecadação de tributos concomitante ao fato gerador há lançamentos contábeis nas três naturezas de informação: orçamentária, patrimonial e de controle.

158. Os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos 5 níveis. Eventuais níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 0 (zero).

Hospital São Vicente recebe doação de ambulância

Publicada em 05/08/2020 às 14:42

O Hospital São Vicente de Paulo (HSV) recebeu nesta quarta-feira (5) uma ambulância nova, doada pela JBS, uma das líderes globais da indústria de alimentos. O veículo será utilizado para o transporte de pacientes e colaborará diretamente ao enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus, já que a instituição conta com leitos de retaguarda no Hospital de Campanha montado no 12º Grupo de Artilharia e Campanha (12º GAC) Barão de Jundiáhy.

O veículo complementar a frota destinada, também, ao transporte dos pacientes em fase final de recuperação por COVID-19. A doação contou com o apoio da Rede Jundiá de Cooperação, órgão da Unidade de Gestão de Governo e Finanças (UGGF).

Considerando o contexto da notícia acima e ainda a hipótese de que o hospital seja totalmente público e que não exista qualquer restrição atrelada à doação da ambulância, julgue as assertivas a seguir, acerca dessa variação patrimonial (recebimento de ambulância em doação):

159. Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa decorrente da execução orçamentária que irá impactar positivamente o resultado patrimonial do exercício, evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

160. Essa doação representa uma transação sem contraprestação. No momento do seu reconhecimento inicial, o hospital público deverá registrar a ambulância no ativo imobilizado pelo seu valor justo e, posteriormente, deverá realizar o reconhecimento da depreciação do veículo, a partir do momento em que estiver disponível para uso.

161. O recebimento da ambulância em doação provocará impacto no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, mas não impactará o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro.

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme as orientações previstas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as disposições da NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, julgue as assertivas a seguir:

162. Para fins de padronização e consolidação das contas públicas e, considerando que os juros pagos e recebidos compõem o cálculo do resultado do exercício, o MCASP recomenda sua classificação como fluxo das atividades operacionais.

163. Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial do fim do período.

Acerca da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), conforme disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue a assertiva a seguir:

164. A DMPL no contexto do setor público é elaborada utilizando-se o grupo 3 da classe 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Acerca das Notas Explicativas, conforme disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue a assertiva a seguir:

165. O uso de estimativas adequadas é parte da ciência contábil e acaba por reduzir a confiabilidade das demonstrações contábeis. Nesse sentido, surge a necessidade de evidenciar as estimativas realizadas pela entidade em suas notas explicativas.

Acerca da consolidação das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

166. A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas nas três esferas orçamentárias (orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento).

167. Os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação devem ser realizados em documentos auxiliares, não originando nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil.

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue as assertivas a seguir:

168. As receitas sob o enfoque patrimonial são reconhecidas no momento em que ocorre a arrecadação, oportunidade em que deverá haver o reconhecimento da entrada do recurso no caixa da entidade do setor público.

169. As despesas sob o enfoque patrimonial devem ser reconhecidas no momento da liquidação da despesa orçamentária, momento em que há a verificação do direito adquirido pelo credor.

170. As despesas e receitas orçamentárias são classificadas quanto à natureza em correntes e de capital. Tal classificação é fundamental no contexto da Contabilidade Pública, pois a estrutura do Balanço Orçamentário segue essa classificação no processo de evidenciação das informações orçamentárias.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

171. Os tribunais de contas não compõem o Poder Judiciário e, portanto, não podem apreciar a constitucionalidade de leis e de atos normativos do poder público.

172. Mesmo que não possa quebrar o sigilo bancário, os tribunais de contas podem acessar as informações sobre financiamentos concedidos com recursos públicos, motivo pelo qual uma sociedade de economia mista que conceda esse tipo de financiamento não poderá negar o acesso ao órgão de controle externo.

173. As câmaras municipais somente poderão aprovar o parecer prévio emitido pelo TCE-RJ por meio de deliberação de dois terços dos seus membros.

174. Segundo o STF, somente o tribunal de contas será competente para julgar as contas do responsável pela sua gestão.

175. Não há impedimento, na Constituição Federal, para que o Estado do Rio de Janeiro faça a instituição de um tribunal de contas dos municípios.

Julgue os itens a seguir sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

176. Quando em substituição a conselheiro, o conselheiro-substituto terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, os de juiz de direito de entrância especial substituto de segundo grau.

177. Os conselheiros do TCE se submetem às regras de vedação à acumulação de cargos, motivo pelo qual somente poderão exercer outro cargo de professor, ou técnico ou científico ou de profissional de saúde.

178. Não compete ao TCE o exercício do poder regulamentar, por falta de previsão em sua Lei Orgânica.

179. Quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause prejuízo ao erário não estará sujeito à jurisdição do TCE, mas somente da autoridade administrativa competente para instaurar a tomada de contas.

180. O Tribunal de Contas do Estado julgará as prestações ou tomadas de contas até o término do exercício seguinte àquele em que estas lhe tiverem sido apresentadas.

181. A notificação é o ato, precedido ou não de comunicação, em que o Tribunal, verificando a existência de irregularidades ou ilegalidades, quando houver débito apurado, faculta ao responsável a apresentação de razões de defesa.

182. O governador deverá apresentar as suas contas, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

183. Caso o TCE-RJ reconheça a legalidade de despesas pública, não caberá a interposição de recurso, por falta de objeto.

184. Os embargos de declaração podem ser opostos para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida, mas não suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada.

185. O relator poderá decidir pelo não provimento de recurso, por meio de decisão monocrática, após a instrução do Ministério Público Especial, quando entender que o recurso é contrário a entendimento constante em súmula do TCE.

LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. O concurso consiste em modalidade licitatória destinada à aquisição de bens e serviços que não sejam comuns e que não sejam considerados obras e serviços de engenharia, cujas propostas apresentadas pelos licitantes são julgadas por um júri, tomando por base critérios de custo e benefício.

187. Uma agência executiva pode contratar diretamente obras de engenharia de até 20% do valor limite da modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

188. É dispensável a licitação para a contratação de instituição brasileira dedicada à recuperação social do

preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional, ainda que possua finalidade lucrativa.

189. Nas contratações diretas por calamidade pública, é dispensável, em razão da urgência, a formalização do processo de escolha do fornecedor, tampouco a caracterização da situação calamitosa.

190. A avaliação da qualificação econômico-financeira busca avaliar se o participante da licitação está juridicamente apto a exercer direitos e contrair obrigações.

191. Na hipótese de inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, o fornecedor e o agente público responsável, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública.

192. A suspensão temporária para participar de licitação e o impedimento para ser contratado pela Administração por prazo não superior a dois anos é sanção que pode ser aplicada a profissionais que tenham sofrido condenação definitiva por praticar, de forma dolosa, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

193. A inadimplência do contratado, com referência a encargos fiscais, poderá onerar o objeto do contrato, a exemplo do impedimento à regularização do edifício.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, bem como o regramento geral de licitações e contratos, julgue os dois itens a seguir.

194. A opção pelo Pregão resultará no afastamento das normas contidas na Lei 8.666/1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei 10.520/2002.

195. O prazo para a apresentação das propostas não será inferior a 5 dias úteis, contado a partir da publicação do aviso de licitação.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

196. O concessionário publicará ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

197. Os critérios de julgamento das propostas ofertadas pelos licitantes, no bojo de certame licitatório para concessão de serviço público, são os mesmos previstos na Lei 8.666/1993, que é aplicável subsidiariamente às contratações de serviço público.

198. Em uma concorrência prévia à concessão de serviço público, será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

199. É legítimo solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, em uma licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações.

200. Um dos objetivos do Regime Diferenciado de Contratações diz respeito ao incentivo à inovação tecnológica.



Estratégia

Concursos

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-20-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>